

Advocacia e Solidariedade

A previdência social dos advogados, realizada pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores de acordo com a lei e regulamentos, é uma imposição decorrente do interesse público da profissão de advogado.

A CPAS, de acordo quer com a disposição legal que a criou quer estatutariamente (art.º 3º do RCPAS) tem, tão só e apenas, como fim conceder pensões de reforma por velhice e subsídios de invalidez aos seus beneficiários e subsídios de sobrevivência e subsídios por morte aos familiares dos beneficiários.

Pode ainda, sem prejuízo da finalidade criadora, conceder outros benefícios que venham a ser estabelecidos nos termos legais (n.º 1 do artº 3º, in fine).

É uma pessoa colectiva de direito público e de inscrição obrigatória para todos os cidadãos que exercem determinada profissão.

Habitados, ao longo de décadas, a contribuir com um valor quase simbólico (mas obrigatório) sem retirar quaisquer benefícios imediatos ou mediatos palpáveis (a pensão de reforma com essas contribuições era e é, para os reformados desse tempo, ainda beneficiários, baixíssima) temos tido dificuldade em assimilar a realidade actual, fruto da profunda alteração do Regulamento da Caixa decorrente da publicação da Portaria 884/94 de 1/10.

A realidade actual é bem diferente da que existiu até há cerca de 11 anos quer no que concerne às nossas obrigações quer, especialmente, aos direitos que nos confere.

De reformas baixíssimas e atentatórias da dignidade do advogado passámos a um regime contributivo personalizado. Sistema singular, permite que cada advogado projecte – o nosso caso é de excepção – e construa (para além do mínimo obrigatório), no presente, a sua pensão.

Permite que qualquer advogado use os melhores e mais profícuos anos da sua vida profissional (*são tidos em conta os 10 melhores anos de toda a vida contributiva para a formação da componente mais elevada da pensão*) na construção da sua reforma.

Para além daquele factor essencial da construção da nossa pensão, outro factor existe (para além de um terceiro que é pouco significativo) e acresce-lhe: A valorização de toda a nossa vida contributiva contabilizada através da aplicação de um factor ao somatório de salários mínimos sobre que descontámos durante toda a nossa vida.

O que vimos de referir tem de ser compreendido e assumido por todos nós como condição de êxito do nosso regime de Previdência.

Quer pelo aumento de novos licenciados e subsequente aumento de beneficiários, quer pelo crescimento do número de novos reformados com direito a substancial aumento do valor das pensões (face ao passado), é fundamental e essencial uma activa solidariedade de todos os advogados com a Caixa.

Os advogados, todos, têm de adoptar e ter uma atitude fortemente solidária como condição do êxito da Caixa projectado no futuro.

Com a vida pela frente, com sentimentos solidários que – infelizmente no mundo moderno – tendem a decrescer e sem, ainda, perspectivar o inexorável abismo da vida, mantemos até para lá dos 40 a ‘insensata’ distanciação das ‘preocupações serôdias’.

Despreocupação genética/natural não ultrapassável sem uma boa informação, sem existir confiança e, sobretudo, sem uma razão concreta e palpável, fruto do que se pode ganhar ou perder no dia imediato.

De uma Caixa quase exclusiva de reforma muito se alterou desde a sua criação.

O estabelecimento de subsídios vários – para além de muitos já existentes – possíveis de auferir (alguns deles seja pelos próprios seja pelos filhos) desde o início da inscrição como beneficiários (carência económica, bolsas de estudo, benefícios de nascimento, maternidade, recuperação de internamento hospitalar, comparticipação por internamento hospitalar ou intervenção cirúrgica) precisam de ser divulgados e conhecidos.

Não se perspectivando a criação de novos postos médicos – desajustados da realidade e, pela impossibilidade de cobertura integral, geradores de desigualdade - deverão desenvolver-se novas formas de apoio aos beneficiários promovendo acordos especiais de saúde (para o beneficiário e agregado familiar directo), geral e de especialidade, extensivos a todo o país.

Condição essencial de viabilidade e êxito da Caixa é o seu financiamento.

Resultado de várias vias de financiamento, aplicações imobiliárias, receitas financeiras e de procuradoria, reveste natureza essencial a contributiva dos beneficiários.

Com uma taxa contributiva desadequada da realidade até 1994, foi sucessivamente aumentada até se situar, em 1997, em 17%.

Considerando a necessidade de sustentabilidade a médio/longo prazo e que a taxa do regime geral é de 34,75% e a dos trabalhadores independentes é, não inferior, a 25,4%, é condição de garantia de manutenção e aprofundamento do quadro de benefícios criado no actual regime estabelecido em 1994 a necessária actualização da actual taxa contributiva.

Sendo esse factor o essencial do nosso financiamento, urge proceder ao seu gradual aumento com vista ao patamar do 21%.

A Caixa, sem prejuízo da percepção de financiamentos pelas restantes vias, necessita de ter condições de desenvolver novas formas de apoio aos beneficiários de modo a cativar mais receitas de contribuições fruto da escolha de mais elevados escalões de desconto pela generalidade dos beneficiários.

De direito, decorrente do interesse público da profissão de advogado e do seu papel essencial na afirmação e consolidação do Estado de Direito – prestador de apoio judiciário tendencialmente gratuito – a verba da procuradoria, com valor ínfimo relativamente à taxa de procuradoria liquidada ao cidadão.

Conclusões

1. A realização da Justiça e do Direito neste Estado de Direito, que por tudo e por nada se invoca, exige como condição de boa fé e respeito pelos mais elementares princípios de justiça e equidade o reconhecimento integral do papel do advogado.
2. Quer pelo aumento de novos licenciados e subsequente aumento de beneficiários, quer pelo crescimento do número de novos reformados com direito a substancial aumento do valor das pensões (face ao passado) é fundamental e essencial uma activa solidariedade de todos os advogados com a Caixa.
3. Os advogados, todos, têm de adoptar e ter uma atitude fortemente solidária como condição do êxito da Caixa projectado no futuro.
4. Não se perspectivando a criação de novos postos médicos – desajustados da realidade e, pela impossibilidade de cobertura integral, geradores de desigualdade - deverão desenvolver-se novas formas de apoio aos beneficiários promovendo acordos especiais de saúde (para o beneficiário e agregado familiar directo), geral e de especialidade, extensivos a todo o país.

5. O estabelecimento de subsídios vários – para além de muitos outros já existentes – possíveis de auferir (alguns deles extensivos aos filhos) desde o início da inscrição como beneficiários (carência económica, bolsas de estudo, benefícios de nascimento, maternidade, recuperação de internamento hospitalar, comparticipação por internamento hospitalar ou intervenção cirúrgica) precisam de ser divulgados e conhecidos.
6. Não se perspectivando a criação de novos postos médicos – desajustados da realidade e, pela impossibilidade de cobertura integral, geradores de desigualdade - deverão desenvolver-se novas formas de apoio aos beneficiários promovendo acordos especiais de saúde (para o beneficiário e agregado familiar directo), geral e de especialidade, extensivos a todo o país.
7. Considerando a sustentabilidade da CPAS a médio/longo prazo (que a taxa do regime geral é de 34,75% e a dos trabalhadores independentes é, não inferior, a 25,4%,) é condição de garantia de manutenção e aprofundamento do quadro de benefícios criado no actual regime estabelecido em 1994 a necessária actualização da actual taxa contributiva.
8. A taxa contributiva é a via essencial do financiamento da CPAS pelo que urge proceder ao seu gradual aumento (anula de 1% a iniciar em 2006) com vista a atingir o patamar do 21%.
9. A Caixa, sem prejuízo da percepção de financiamentos pelas restantes vias, necessita de ter condições de desenvolver novas formas de apoio aos beneficiários de modo a cativar mais receitas de contribuições fruto da escolha de mais elevados escalões de desconto pela generalidade dos beneficiários.
10. De direito, decorrente do interesse público da profissão de advogado e do seu papel essencial na afirmação e consolidação do Estado de Direito – prestador de apoio judiciário tendencialmente gratuito – é devida à advocacia a verba da procuradoria, valor ínfimo relativamente à taxa de procuradoria liquidada ao cidadão

Alvaro Matos